

O Impacto das Empresas Militares Privadas nas Operações Militares

The Impact of Private Military Companies in Military Operations

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o emprego de Empresas Militares Privadas (EMPs) em operações militares e missões da ONU. As EMPs operam em todo o mundo, comissionadas por governos, agências de inteligência, indústrias privadas, chefes militares, cartéis de drogas e grupos rebeldes para apoiar suas forças armadas e investimentos. Essas empresas compartilham não apenas objetivos corporativos similares, mas também um espírito profissional; elas são em grande parte dirigidas por ex-militares e também os empregam. A literatura existente confirma o fato de que a África é o maior palco de operação das EMPs, junto com o Iraque e o Afeganistão (GWATTWA, 2016). Este fenômeno continua a levantar sérias preocupações para as forças armadas nacionais, pois a maioria dos governos ainda depende de suas forças militares para proteger suas fronteiras e interesses vitais. Tradicionalmente, a função militar tem sido conhecida como sendo de responsabilidade exclusiva do Estado; (SINGER, 2008) no entanto, as EMPs continuam a infringir essa norma. O sistema internacional sofreu uma mudança significativa desde o incidente de ataque terrorista nos Estados Unidos (EUA) em setembro de 2011, onde as EMPs se tornaram elementos amplamente aceitáveis da Guerra ao Terror (GT). Portanto, este artigo analisará o emprego das EMPs em diferentes países, e analisará a tendência e as legalidades envolvidas. Finalmente, se busca identificar, na conclusão, medidas para refrear ou minimizar as ameaças colocadas pelas EMPs às forças armadas e às operações militares estaduais.

Percy Nyati 

South Africa Army. Pretoria,
Gauteng, South Africa.
prcynyati@gmail.com

Palavras-chave: Emprego de Empresas Militares Privadas (EMPs).

Abstract: The aim of this article is to analyse the employment of Private Military Companies (PMC's) in military operations and UN missions. The PMC's operate throughout the world, commissioned by governments, intelligence agencies, private industries, warlords, drug cartels and rebel groups to support their militaries and investments. These companies share not only similar corporate aims but also a professional ethos; they are largely run and staffed by ex-military personnel. The existing literature confirms the fact that Africa is the largest theatre of PMC's operation next to Iraq and Afghanistan (GWATTWA, 2016). This phenomenon continues to raise serious concerns to the national armed forces, as most governments are still reliant on their military forces to protect their borders and vital interests. Traditionally military function has been known to be the sole responsibility of the state; (SINGER, 2008) however, the PMCs are continuing to infringe on that mandate. The international system has undergone a significant change since the United States (US) terrorist attack incident in September 2011, where the PMC's has become broadly acceptable elements of the Global War on Terrorism (GWT). Therefore, this article will look into the employment of PMCs in different countries and analyse the trend and legalities involved. Finally, a conclusion will be drawn to identify measures to curb or minimise the threats posed by PMCs to state militaries and military operations.

Keywords: The employment of Private Military Companies (PMCs).

Recebido: 15 mai. 2020

Aprovado: 22 jul 2020

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 Introdução

As Empresas Militares Privadas (EMPs) encarnam uma indústria que opera abertamente no mercado global, organizada ao longo de linhas corporativas permanentes, e mostra sinais de crescimento em vez de contração, às vezes criando um desafio para as operações militares. Recentemente, houve um aumento do destaque na antiga profissão das EMPs que operam em conflitos armados, puramente com base no lucro. Uma definição de EMP é, portanto, essencial para alcançar uma compreensão madura desse fenômeno moderno. As EMPs são essencialmente organizações empresariais que comercializam serviços profissionais intrinsecamente ligados a atividades militares e de guerra. As funções das EMPs enquadram-se em três grandes tipos de atividade: apoio de combate, apoio militar e serviços de segurança.

Além disso, as EMPs são órgãos corporativos especializados no fornecimento de habilidades militares, incluindo operações de combate, planejamento estratégico, inteligência, avaliação de risco, suporte operacional, treinamento e habilidades técnicas. Os membros dessas organizações são chamados coloquialmente de "mercenários", também conhecidos por suas empresas como empreiteiros e/ou especialistas em segurança, enquanto seus negócios são

Às vezes são vistos como simples prestadores de serviços com recursos que operam em áreas de conflito, que também podem ajudar quando os governos precisam de apoio/serviço militar adicional.

A guerra no Iraque e no Afeganistão, assim como a Guerra ao Terror (GT), pode ser mencionada como um dos exemplos, onde os EMPs são empregados extensivamente.

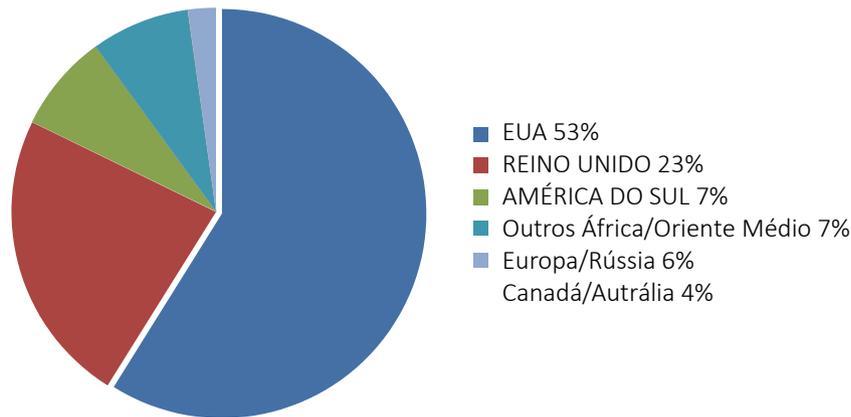
Desde 2001, algumas dessas empresas têm sido geralmente referidas como Empresas Militares Privadas (EMP), Empresas de Segurança Privada (ESP) e Empresas Militares Privadas e de Segurança (EMPS)¹. Este documento, no entanto, usará o termo abrangente de "EMP" para se referir a todo o pessoal privado envolvido em operações militares, em particular no combate.

Hoje, o sistema internacional está passando por um enorme aumento no número de EMPs que operam no cenário internacional. Eles são em todos os aspectos, agentes globais, operando em todos os continentes (KINSEY, 2006). É relatado que os Estados Unidos (EUA) é o maior empregador mundial de serviços militares e de segurança privada do mundo. Pode ser visto no Gráfico 1, abaixo, que os EUA são os líderes mundiais no uso de empreiteiros (ORGANIZATION OF AMERICAN STATES, 2012).

Considerado como pertencentes ao Setor de Segurança Privada. Essas empresas conseguiram formalizar a profissão historicamente conhecida de mercenários em empreiteiros privados, fornecendo serviços militares a estados e entidades não estatais em troca de pagamento.

¹ A questão da relutância das EMPs em serem associadas ao termo "mercenário" é examinada para Sarah Percy em "Mercenários: a história de uma norma nas relações internacionais".

Gráfico 1 – Distribuição geográfica dos prestadores de serviços de segurança privada.



Fonte: Internet. Acesso em: 6 de setembro de 2018 (Consulte as notas finais 3).

Os EUA são o maior consumidor mundial de serviços militares e de segurança privados e, como tal, também há uma grande quantidade de dados de outros governos que empregam EMPs, que serão discutidos em detalhes mais adiante no artigo.

Uma organização anti-corrupção, a Transparência Internacional tem se concentrado nos EMPs e chegou à conclusão de que, embora o setor esteja crescendo, ainda lhe falta transparência, supervisão e que, às vezes, elas violam o Direito Internacional. A organização argumentou que a função tradicional do governo está agora sendo delegada às EMPs, o que representa um sério desafio para as organizações militares. Considerando que as empresas envolvidas em assuntos internacionais não estão sujeitas ao direito internacional, os governos dos países que participam de intervenções militares são obrigados por certos acordos a garantir que as EMPs cumpram o Direito Humanitário Internacional (DIH).

O risco associado ao emprego das EMPs está, portanto, tornando-se cada vez mais difícil atribuir responsabilidade ou prestação de contas a respeito. Algumas dessas empresas também podem contribuir para a instabilidade dos países, mais ainda porque a maioria das intervenções das EMPs ocorre em países onde há colapso do Estado de Direito ou instabilidade política.

Um professor brasileiro, De Leon Petta, escreveu que o enfraquecimento do poder estatal nacional e seu monopólio sobre a violência levariam as EMPs a operar como formas alternativas de militares que podem ser contratadas em qualquer lugar por meios irregulares. Essas empresas operarão livremente, causando problemas na política nacional ou pública, ou demasiadas repercussões internacionais.

Este artigo investigará, portanto, se o uso das EMPs tem um efeito sobre a própria base sobre a qual os militares devem operar e, em caso afirmativo, qual é o impacto sobre as operações militares.

O estudo é dividido em quatro seções distintas, a primeira, serve para ajudar a fornecer várias definições de EMPs. A segunda parte trata do papel do Direito Internacional/Estatutos (DIH) para a EMP. A terceira parte examina a crescente dependência das Nações Unidas (ONU) pelas EMPs, e outros fatores de análise por trás do surgimento das EMPs. Exemplos em que as EMPs são empregados por militares nacionais e empresas privadas (conexão corporativa). Identificação

das vantagens e desvantagens. Neste capítulo, o escritor mencionará algumas delas. Finalmente, o escritor analisará a posição sul-africana sobre o assunto em questão, e concluirá resumindo as recomendações e abordando as áreas problemáticas das EMPs.

2 Empreiteiros militares privados - definição de empresas militares privadas

Definição e Base Legal com referência ao Direito Internacional Humanitário (DIH). Este artigo começará com a definição de Empresas Militares Privadas (EMPs), a fim de dar um claro entendimento e contexto dessa moderna prática militar. Uma distinção entre as EMPs e mercenários também precisa ser esclarecida, pois o foco será apenas nas EMPs, embora esses termos sejam, por vezes, usados como sinônimos.

As EMPs trabalham predominantemente para governos; são órgãos corporativos especializados no fornecimento de habilidades militares, incluindo operações de combate, planejamento estratégico, inteligência, avaliação de risco, suporte operacional, treinamento e habilidades técnicas. A maioria das empresas trabalha sob contratos elaborados com governos legalmente constituídos, ao contrário dos mercenários, que não "fazem negócios" com qualquer um no mercado. Além disso, a tendência de que as EMPs podem, no futuro, trabalhar cada vez mais com e para instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), suas agências, ou outras organizações humanitárias legítimas, já é evidente.

As EMPs, predominantemente de origem norte-americana ou britânica, são estruturas permanentes estabelecidas como qualquer outra organização corporativa. Elas funcionam e estão estruturadas de acordo com as linhas de qualquer outra entidade comercial. Elas têm uma hierarquia clara, incluindo executivos e conselhos de administração, uma identidade corporativa e acionistas que têm o direito de exigir um grau de transparência nos negócios. O setor também é heterogêneo e inclui tanto empresas respeitáveis quanto empreendimentos ad hoc de menor qualidade e com menos foco na ética operacional militar.

Essas empresas conseguiram formalizar a conhecida profissão de mercenário, prestando serviços militares a estados e entidades não estatais em troca de pagamento.

Os mercenários têm prosperado historicamente em tempos de condições instáveis, ou após mudanças na ordem existente.

Foi o caso do emprego de mercenários no Congo belga e na Angola, particularmente na na província nigeriana separatista de Biafra, e desde então no Zaire, Chechênia, Colômbia, Congo (Brazzaville), Eritrêa, Caxemira, Libéria, Serra Leoa, e, ultimamente, no Afeganistão e muitos outros países (UNITED NATIONS, 1997). Um Artigo 1 da Convenção das Nações Unidas (ONU) define um mercenário como qualquer pessoa especialmente recrutada nacionalmente ou no exterior para lutar em um conflito armado, motivada essencialmente pelo desejo de lucro privado. A convenção define, ainda, que é qualquer pessoa especialmente recrutada nacionalmente ou no exterior com o propósito de participar de um ato de violência planejada com o objetivo de derrubar um Governo, ou de qualquer outra forma minar a ordem constitucional de um Estado. Tal pessoa não é enviada por um Estado em serviço oficial; e não é membro das forças armadas do Estado em cujo território o ato é realizado. Finalmente, o Oxford English Dictionary define um

mercenário como "um soldado contratado em serviço no exterior". O substantivo "mercenário" é inerentemente usado como um termo pejorativo, em alguns casos, usado de forma isolada, mas geralmente para propagar a questão das operações das EMPs.

Vale mencionar também que um Estado que tenha ratificado uma ou ambas as convenções da ONU e da África contra o mercenarismo tem a obrigação de perseguir e punir os mercenários de acordo.

As definições acima ajudariam, portanto, a dar um contexto claro e a não confundir ou usar as duas teorias como sinônimos; este artigo não é sobre mercenários, mas sobre as EMPs.

3 EMPS em conformidade com a lei humanitária internacional — análise

Sob o Direito e Internacional Humanitário (DIH) e costumeiro, os civis perdem a proteção contra ataques diretos, seja participando diretamente das hostilidades ou deixando de ser civis por completo, isso é, tornando-se membros das forças armadas do Estado ou de grupos armados organizados pertencentes a um lado em um conflito armado². Os membros de grupos armados organizados pertencentes a um lado não estatal (EMP) do conflito deixam de ser civis enquanto permanecerem membros, em virtude de sua função de combate contínuo. Portanto, o status dos funcionários das EMPs sem um conflito armado sob o IHL é determinado, caso a caso, especialmente de acordo com a natureza e as circunstâncias das funções em que estão envolvidos (INTERNATIONAL..., 2013).

A menos que elas (EMPs) sejam incorporados às forças armadas de um Estado ou tenham funções de combate para um grupo armado organizado pertencente a uma parte do conflito, os funcionários dos EMPs são civis, como mencionado acima. Assim, eles não podem ser alvos; eles são protegidos contra ataques, a menos que e pelo tempo em que participem diretamente das hostilidades. Se, no entanto, os membros das EMPs realizarem atos que equivalham a tomar parte direta nas hostilidades, eles perdem a proteção contra ataques durante tal participação. Se capturados, podem ser julgados por mera participação em hostilidades, mesmo que não tenham cometido nenhuma violação do DIH. Proteger bases militares contra ataques do adversário, reunir inteligência militar tática e operar sistemas de armas em uma operação de combate são alguns dos exemplos de participação direta em hostilidades nas quais o pessoal das EMPs pode estar envolvido.

Os Estados não podem se eximir de suas obrigações sob o IHL contratando EMPs, a lei exige que os Estados observem a lei ao empregar EMPs em operações militares. Além disso, os Estados devem garantir que existam mecanismos para responsabilizar os funcionários dos EMPs suspeitos de violar a lei.

Várias iniciativas internacionais foram empreendidas com o objetivo de esclarecer, reafirmar ou desenvolver normas legais internacionais que regulamentam as atividades das EMPs, assegurando o cumprimento das normas de conduta refletidas no DIH e na legislação de direitos humanos. Portanto, um documento de Montreux foi elaborado como uma iniciativa para fornecer diretrizes para as EMPs

² Considerando a terminologia de "perda de proteção contra ataques diretos" utilizada na Orientação Interpretativa

a) Documento de Montreux

Seguindo uma iniciativa conjunta do Departamento Federal de Relações Exteriores da Suíça e do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) (INTERNATIONAL..., 2013)³, onde 17 Estados aprovaram o documento sobre as EMPs. Este Documento reafirmou as obrigações legais existentes dos Estados com relação às EMPs. A Orientação Interpretativa do CICV sobre a Noção de Participação Direta em Hostilidades sob o Direito Humanitário Internacional fornece ainda a explicação (MELZER, 2009). Em vista das graves consequências para os combatentes/ indivíduos de EMPs em questão, o documento acima procura esclarecer as modalidades precisas que regem tal perda de proteção no âmbito do IHL. O documento recomenda um catálogo de boas práticas para a implementação prática das obrigações legais existentes.

A adoção e implementação efetiva das Boas Práticas será um marco do compromisso dos Estados para garantir a responsabilidade das EMPs e dos Estados que os contratam, e a justiça para as vítimas de abusos em operações militares. A estrutura é baseada em três princípios abrangentes: o dever do Estado de proteger todos os direitos humanos contra abusos por, ou envolvendo, empresas transnacionais e outras empresas comerciais; a responsabilidade corporativa de respeitar todos os direitos humanos; e a necessidade de acesso a recursos eficazes. Entretanto, o Documento de Montreux não abordou os aspectos mais críticos da Lei de Conflitos Armados, o dever de proteger e a responsabilidade de respeitar, embora esta construção constitua a formulação consensual em relação ao padrão que rege os negócios e os direitos humanos.

O fracasso do IHL em estabelecer efetivamente o status legal exato das EMPs adia os problemas para o nível nacional. Entretanto, as iniciativas mencionadas acima e outros Estados têm se esforçado para encontrar soluções viáveis para tratar de questões relacionadas às EMPs.

b) Associação Internacional de Operações de Paz (International Peace Operations Association – IPOA)

A outra iniciativa compreende as principais empresas privadas de segurança e militares, incluindo empresas registradas nos EUA, são membros da Associação Internacional de Operações de Paz (IPOA), que, em 2005, adotou um Código de Conduta específico escrito principalmente por ONGs. A organização decidiu tomar todas as medidas viáveis para minimizar a perda de vidas e a destruição de bens. Os signatários concordaram em seguir todas as regras do DIH e da legislação de direitos humanos aplicáveis, bem como todos os protocolos e convenções internacionais relevantes, incluindo, mas não se limitando a, Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

3 O Documento de Montreux 2008 sobre Obrigações Legais e Boas Práticas Internacionais Pertinentes para Estados Relacionadas com Operações de Empresas Militares Privadas e de Segurança. Considerando a terminologia de "perda de proteção contra ataques diretos" utilizada na Orientação Interpretativa. O Documento de Montreux 2008 sobre Obrigações Legais Pertinentes Internacionais e Boas Práticas para Estados Relacionadas com Operações de Empresas Militares Privadas e de Segurança

De acordo com a missão e valores da associação, a organização baseia suas operações no respeito aos direitos humanos, transparência, responsabilidade corporativa, bem como na ética. Embora estas regras não sejam aplicáveis, espera-se que as empresas associadas as cumpram⁴.

As leis internas diferem enormemente quanto à legalidade da terceirização de serviços militares para empresas privadas: alguns países mantêm uma proibição direta de tal terceirização; outros até mesmo criminalizam o atendimento de nacionais em tais empresas, já que tal serviço é assimilado ao mercenarismo (ou seja, a África do Sul). A natureza corporativa das EMPs é uma barreira para sua responsabilização por violações do direito internacional (CROW; JOHN, 2017).

Nenhum tribunal internacional tem jurisdição sobre essas empresas, e não existe um mecanismo pré-existente vinculado pela lei internacional para prestar contas e administrar o uso da força pelas EMPs.

Em muitos sistemas jurídicos, a prestação de serviços militares e de segurança está sujeita a rigorosos procedimentos de licenciamento e verificação para funcionários individuais, enquanto, em outros, pode ser tratada como parte do exercício das liberdades econômicas.

A ONU, como proponente dos direitos humanos não fornece uma base legal para as operações de manutenção da paz nem menciona as EMPs, portanto, a próxima discussão se concentrará no papel das EMPs nas missões da ONU.

4 O emprego de emps em operações das nações unidas (ONU)

Este capítulo analisará o emprego das EMPs nas operações humanitárias e de manutenção da paz da ONU. A utilização de EMPs por organizações internacionais levanta questões jurídicas distintas e complexas. Deve-se levar em conta que há uma quantidade limitada de informações disponíveis sobre as EMPs contratados para a ONU, uma vez que as informações sobre acordos de segurança são frequentemente tanto proprietárias quanto confidenciais. Em 1989, a Assembleia Geral aprovou a resolução 44/34, a Convenção Internacional contra o Recrutamento, uso, financiamento e treinamento de mercenários (o único documento oficial que está intimamente relacionado às EMPs), e o regulamento entrou em vigor em 2001.

O uso de empresas de segurança privada sempre foi uma questão controversa na ONU, que também encomendou um estudo de viabilidade no final dos anos 90 para determinar se as empresas de segurança privada (PSC) poderiam manter a segurança nos campos de refugiados estabelecidos no (antigo) leste do Zaire, após o genocídio ruandês. A idéia foi abandonada por ter sido considerada muito cara e politicamente controversa. Também têm havido críticas e preocupações levantadas sobre o comportamento inaceitável de alguns das EMPs. A resolução instou a ONU a tomar precauções para que suas práticas de contratação não alterem o caráter internacional da organização ou ponham em perigo seu pessoal. Até este ponto, os esforços da ONU para regulamentar a indústria de segurança privada têm sido amplamente inadequados, principalmente

⁴ Disponível em: <http://ipoaworld.org/>. Acesso em: 18 de setembro de 2018.

devido ao fato de que as nações que mais provavelmente empregarão EMPs, incluindo os EUA, não ratificaram a Convenção.

O Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Mercenários solicitou anteriormente a ajuda da comunidade internacional para regulamentar as EMPs e um projeto de resolução foi apresentado à Assembléia Geral e ao Conselho de Direitos Humanos. No entanto, os países que utilizam intensamente as EMPs não estão interessados em aprovar uma resolução juridicamente vinculativa. Como tal, o Grupo de Trabalho reiterou fortemente a necessidade de uma convenção internacional, juridicamente vinculante, para assegurar a proteção adequada dos direitos humanos para todos os afetados pelas atividades das EMPs.

Um exemplo que pode ser mencionado a este respeito é o incidente ocorrido em 4 de agosto de 2017, onde um tribunal federal de apelação analisou a condenação por assassinato de um ex-militar privado de Blackwater⁵ e ordenou a libertação de três funcionários da EMP envolvidos na mortífera tragédia da Praça Nisour, de 2007, que matou ou feriu pelo menos 31 civis iraquianos⁶. Como discutido acima, as eventuais condenações desses quatro indivíduos foram consideradas anomalias, uma vez que as empreiteiras militares privadas operaram em grande parte sem supervisão legal ou consequências. Esta nova decisão poderia resultar em sentenças significativamente reduzidas para os três empreiteiros, o que pode ter consequências negativas para futuras operações militares em geral.

Também vale a pena notar que as EMPs que têm desencadeado mais críticas são aquelas que "vendem" serviços puramente militares a estados em conflito e participam diretamente das hostilidades⁷. Esses tipos de EMPs são contratados por estados fracos, que geralmente estão em guerra civil e precisam de reforço militar para enfrentar os grupos opostos. Neste caso, a EMP tem um papel fundamental no resultado do conflito porque fortalece uma parte em conflito contra a outra. Assim, a falta de mecanismos de responsabilização entre as EMPs e os governos é desconcertante e uma ação urgente é necessária para garantir que as EMPs sejam adequadamente regulamentados.

a) Privatização da Manutenção da Paz

As EMPs não são contratadas apenas pelos Estados, a ONU, por exemplo, tem usado empresas de segurança privada durante suas missões no mundo inteiro desde os anos 90⁸. Entretanto, a organização sempre enfatizou o fato de só contratar a ESP (UN Doc. A/69/338 2014, 2).

É difícil fazer uma distinção clara entre segurança (ESPs) e militar (EMPs). Normalmente, as empresas oferecem uma ampla gama de tarefas em operações militares que incluem segurança e, ao mesmo tempo, tarefas militares. Entretanto, não é possível traçar uma linha clara entre essas duas cate-

5 American Private Military Company, fundada em 1997 pelo ex-oficial Erik Prince, da Marinha SEAL.

6 Estados Unidos v. Slatten, 865 F.3d 767, 820 (D.C. Cir. 4 de agosto de 2017) ("Pelas razões acima expostas, destituímos o réu Nicholas Slatten da condenação por homicídio em primeiro grau e a prisão preventiva para um novo julgamento. Além disso, retiramos a condenação do réu Evan Liberty pela tentativa de homicídio culposo de Mahdi Al-Faraji. A Corte repõe as sentenças de Liberty, do réu Paul Slough e do réu Dustin Heard por ressentimento consistente com esta opinião. Em todos os outros aspectos, a Corte afirma o julgamento do tribunal distrital"); ver Estados Unidos vs. Slough, nota 11 (detalhando as condenações originais e a sentença dos quatro empreiteiros de Blackwater).

7 As EMPs estão divididas em três categorias, de acordo com o tipo de serviços que prestam (empresas de apoio militar, empresas de consultoria militar e empresas fornecedoras de serviços militares). Na prática, esta distinção não é confirmada porque existem empresas que oferecem vários e diferentes tipos de assistência militar.

8 Ver United Nations General Assembly 68th Session A/68/339

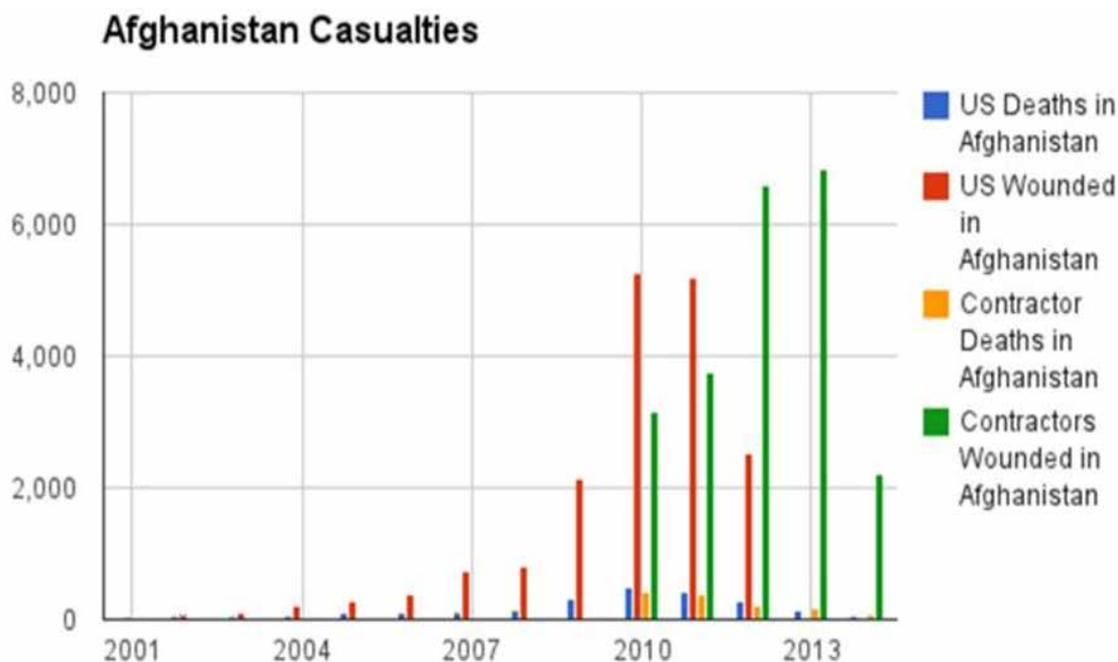
gorias, dado que a maioria do pessoal de ESPs não-combatentes vem de antecedentes de combate. Em outubro de 2007, a ONU divulgou um estudo de dois anos que relatou que, embora contratados como "guardas de segurança", empreiteiros privados desempenhavam tarefas militares. Devido a isso, é suficiente concluir que a ONU contrata as EMPs para realizar tarefas militares e de segurança.

Deve-se notar que ao se referir à própria contratação, a ONU não usa o termo "militar", e expulsou esta palavra dos serviços de segurança. Na linguagem da ONU, o termo empresa de segurança privada (ESP) é normalmente utilizado. Embora a ONU possa querer minimizar o aspecto militar, estas empresas estão ligadas direta ou indiretamente à mesma rede corporativa das EMP (que será discutida mais adiante no artigo).

Embora a ONU publique listas de contratantes, ela não menciona as tarefas específicas para as quais eles foram contratados. A dependência dessas empresas está crescendo à medida que seu pessoal se torna cada vez mais alvo em zonas de conflito. De acordo com o Comitê Permanente para a Segurança, pelo menos 71 pessoas da ONU e pessoal associado, 53 soldados da paz e 18 civis, incluindo 2 policiais e 15

As baixas em 2017 são o maior número já registrado pelo Comitê. Nos últimos cinco anos, pelo menos 310 pessoas da ONU morreram em ataques deliberados (NACIONES UNIDAS, 2018). O Gráfico 2, abaixo, ilustra as baixas sofridas pelos soldados e empreiteiros americanos no Afeganistão: empreiteiros, foram mortos em ataques maliciosos no cumprimento do dever em 2017.

Gráfico 2 – Estatísticas de baixas de EMP no Afeganistão



Fonte: Dados e Estatísticas Globais.

Em países como Afeganistão e Somália, a ONU está relutante em confiar nas forças policiais locais, portanto, recorre a empresas privadas para proteger seu pessoal e suas instalações.

Foram levantadas preocupações legítimas de que o uso de EMPs para proporcionar proteção ao pessoal da ONU pode criar condições onde o pessoal é mais vulnerável a ataques.

b) Demanda crescente de EMPs na ONU

Desde os anos 90, a demanda de entrega da ONU em campo aumentou maciçamente nos últimos anos. A formulação de uma "cultura de proteção" e a "responsabilidade de proteger" estabeleceram que a comunidade internacional tinha responsabilidades que transcendiam as fronteiras soberanas.

Assim, as operações de paz da ONU evoluíram consideravelmente no escopo, desde o inter-posicionamento e observação até a construção da paz e a reconstrução pós-conflito (UNITED NATIONS, 2001; INTERNATIONAL DEVELOPMENT RESEARCH CENTRE, 2001).

Durante este período também houve uma mudança dos estados ocidentais como fornecedores proeminentes de tropas, para nações em desenvolvimento que em grande parte assumiram esta tarefa. Ao mesmo tempo, os novos ambientes operacionais têm sido frequentemente caracterizados por estruturas de conflito complexas e emergências múltiplas. Elas não apenas tendem a exigir operações mais abrangentes, mas também representam os ambientes operacionais mais arriscados para a equipe de operações internacionais de ajuda ou paz.

Combinados, estes fatores colocaram a ONU sob enorme pressão em termos de capacidade humana, financeira e organizacional e, conseqüentemente, contribuíram grandemente para o aumento do uso de EMPs/ESP pela ONU.

Além disso, os princípios de manutenção da paz, ou seja, consentimento, imparcialidade e uso da força apenas para autodefesa, precisam ser analisados apesar do contexto acima mencionado que detalha o DIH em relação às EMPs. Doug Brooks, presidente da Associação Internacional de Operações de Estabilidade (ISOA), afirma que o uso das EMPs para intervenção humanitária e manutenção da paz seria, eficiente e melhor. Ele argumenta que as EMPs poderiam resolver a atual crise de manutenção da paz fornecendo pessoal facilmente disponível, bem treinado e bem equipado dentro de um espaço de tempo muito curto. Um relatório subsequente da ONU enfatizou a importância da rápida mobilização e da experiência em serviço para operações de manutenção da paz (INTERNATIONAL ALERT, 2001). Apesar destes benefícios aparentes, houve um impulso decisivo contra a normalização do uso das EMPs na ONU; em 1998, o então Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, declarou que "o mundo pode não estar pronto para privatizar a paz" (UNITED NATIONS, 1998, n.p.), o que parece soar verdadeiro na maioria dos círculos diplomáticos e acadêmicos de hoje, em que o emprego das EMPs é indesejável para as operações da ONU. A ONU frequentemente usa as EMPs para proteger os diplomatas e os agentes humanitários.

No passado, a ONU chegou a pensar em terceirizar a manutenção da paz para as EMPs, quando nenhum Estado estava disposto a enviar tropas. Ao contrário da afirmação de Doug Brooks, Peter W. Singer disse que "o motivo do lucro turva a névoa da guerra". "A maximização do lucro encoraja as EMPs a esconder falhas operacionais, sobrecarregar e prolongar o conflito". As EMPs têm a opção de romper contratos quando o trabalho se torna muito difícil ou não lucrativo, comprometendo, no entanto, as operações militares. A ONU não teria garantia de que as empre-

sas permaneceriam em uma situação de segurança deteriorada ou ultrapassariam o orçamento e/ou se um funcionário da EMP se comportasse mal, a ONU teria pouco recurso.

O emprego de EMPs para acabar com conflitos em um estado fraco não constrói a legitimidade da autoridade pública do estado. Os problemas subjacentes permanecerão, os conflitos se reacenderão, e as EMPs continuarão a lucrar. Finalmente, muitos estudiosos são da opinião que "se a ONU tivesse maior capacidade para conduzir operações de paz eficazes, não seriam necessárias empresas privadas". Na ausência de países que contribuam com tropas, as EMPs se tornam uma alternativa viável às tradicionais operações humanitárias e de manutenção da paz. Portanto, é fundamental que todos os requisitos da ONU sejam cumpridos, quando necessário. Portanto, a próxima discussão se concentrará nos próprios fatores que influenciam a existência das EMPs.

c) Fatores que influenciam a existência das EMPs

Há vários fatores, ou justificativas, para o fenômeno da contratação que são comuns em todo o mundo. A mudança do ambiente de guerra, a crescente instabilidade e a crescente globalização criaram um mercado para os serviços de EMP. Os vários fatores que contribuíram para que os países aumentassem o uso de contratantes para serviços de apoio são os seguintes:

- As crescentes exigências associadas à Guerra ao Terror (GT) e outras contingências;
- Política de contar com o setor privado para os serviços comerciais necessários que não são de natureza inerentemente governamental.
- Iniciativas como programas de aquisição competitiva e de privatização de serviços públicos.

A maioria dos países africanos é normalmente atormentada por uma série de instabilidades intra-estatais, falta de aplicação das leis, alta criminalidade, guerras civis, conflitos étnicos, golpes de estado recorrentes, etc. Os países incorporam várias formas de violência não estatal, além de e uma clara ausência do monopólio do Estado sobre a força e todas as formas de violência organizada (CAWTHRA; LUCKMAN, 2003). Com desafios violentos enfrentados por países politicamente instáveis.

Muitos governos africanos também se voltaram para os EMPs como um meio de manter e defender o Estado. Condições desestabilizadoras criaram tanto uma demanda quanto uma oportunidade de mercado para os EMPs.

A dependência de militares privados/empreiteiros de segurança está aumentando em todo o mundo; já os guardas de segurança privados superam em muito o número de policiais e militares uniformizados em muitos países, como se segue:

-Na África do Sul, por exemplo, a indústria de segurança privada está entre as maiores do mundo, com mais de 9.000 empresas registradas, 450.000 guardas de segurança privada registrados e mais 1,5 milhões de guardas qualificados (mas inativos); o contingente de segurança é, na verdade, mais do que a combinação da Polícia e Força de Defesa Sul-Africana (EASTWOOD, 2013).

-Na América Latina, a proporção de guardas de segurança privados em relação aos policiais é de 6,7 para 1 na Guatemala e 4,9 para 1 no Brasil.

-Os guardas argentinos nos aeroportos, que antes contavam com a polícia da Força Aérea, serão privatizados (ORGANIZATION OF AMERICAN STATES, 2012, p. 139). A mais antiga e simples justificativa para o governo é proteger os cidadãos da violência. Em outras palavras, caso

o Estado não honre sua obrigação de proteger seu povo, as EMPs surgirão como entidades organizadas para assumir esse papel.

Uma vez que isto ocorre, o Estado falhou em sua função quintessencial de proteger seus cidadãos. Os governos só podem se estender até certo ponto, o que significa que algumas pessoas estão mais do que dispostas a pagar a empresas militares privadas para proteger seus bens.

As empresas que operam em zonas de crise ao redor do mundo também necessitam de proteção, o que criou uma necessidade de prestadores de serviços militares mais vigilantes. Por vezes, essas empresas também prestam assistência a governos e forças armadas, fornecendo pessoal altamente treinado e apoio logístico militar. Atualmente existem 23.525 empreiteiros privados no Afeganistão prestando uma grande variedade de serviços, no valor de mais de 2,6 bilhões de dólares por ano, ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2012).

Os perigos de os Estados falharem em sua função essencial de segurança são inequivocamente prevaletentes em alguns dos países africanos, especialmente nos países onde as EMPs foram empregados. Há indícios de que o pessoal militar será, em certa medida, substituído por agentes privados em vários países. Há também uma grande idéia das EMPs de tirar os soldados americanos desse pântano, e de alguma forma ser a solução para as crises no Afeganistão. Não é de surpreender que a indústria privada-militar esteja por trás desta proposta. Erik D. Prince, um fundador da empresa militar privada Blackwater Worldwide, e Stephen A. Feinberg, um bilionário financeiro proprietário da gigantesca empresa militar internacional DynCorp International, veem, cada um, um papel para si nesse futuro. Um emprego da EMP pelos EUA será analisado e discutido mais detalhadamente no documento.

d) Uso de EMPs nos Estados Unidos

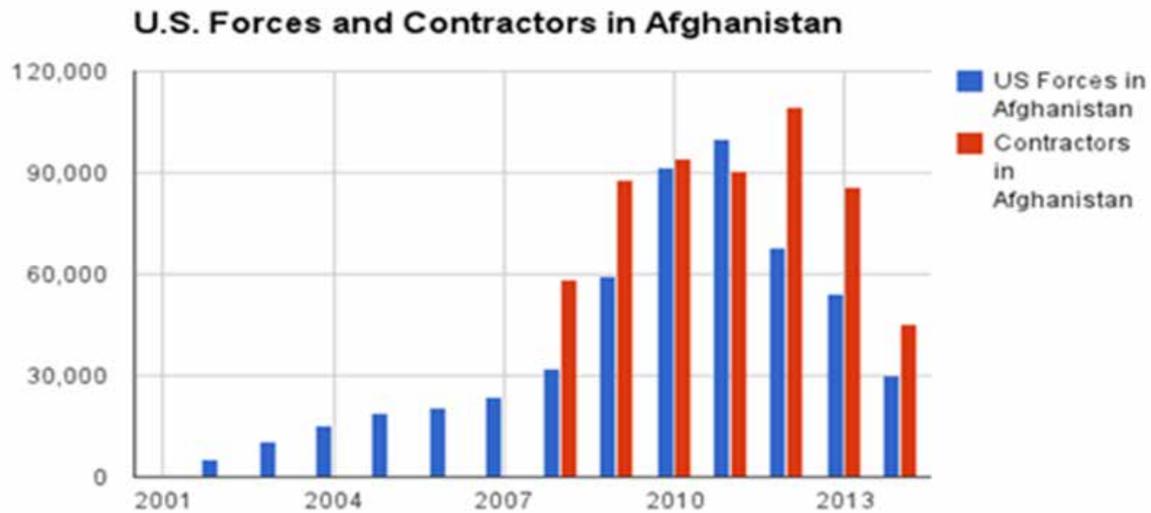
Quase 300 empresas dos EUA e de todo o mundo fornecem EMPs quase tão grandes quanto os membros regulares da força, no Iraque. Cerca de 126.000 homens e mulheres trabalhando para as EMPs servem ao lado de cerca de 150.000 soldados americanos, informou o Pentágono. Nunca antes os EUA entraram em guerra com tantos civis no campo de batalha, desempenhando funções militares que vão desde guardas armados, treinadores militares, tradutores, interrogadores, cozinheiros e trabalhadores e técnicos de manutenção, anteriormente realizadas apenas por militares do estado. Embora as forças armadas de outros países possam não estar engajadas em combate como forças dos EUA, ainda há um forte apelo à lógica da contratação. Em teoria, pelo menos os agentes deveriam ser mais baratos do que os militares profissionais, pois podem ser dispensados quando não há mais necessidade deles e nenhum dos custos adicionais, tais como benefícios de saúde, subsídios para dependentes, pensões e similares são necessários (FRANCO, 2015)⁹.

O Departamento de Defesa (DOD) há muito depende de agentes privados para fornecer às forças armadas americanas uma ampla gama de bens e serviços, incluindo armas, alimentos e apoio operacional em operações militares.

O emprego das EMPs no Afeganistão é retratado no Gráfico 3, como segue:

⁹ Vale ressaltar que a Câmara dos Deputados do Brasil aprovou um projeto de lei, em janeiro de 2015, para terceirizar a mão-de-obra.

Gráfico 3 – Forças e Agentes Privados dos EUA no Afeganistão



Fonte: Private Security Monitor.

Ao contrário das percepções comuns, a maioria dos empreiteiros civis nas zonas de guerra na verdade não são americanos, e estrangeiros são os que mais estão morrendo à medida que os EUA aceleram as funções de terceirização anteriormente desempenhadas pelos soldados. A ironia do exposto acima é que os EUA são o maior empregador dessas EMPs, devido ao fato de que a sede das EMPs está situada nos EUA, e contratam as habilidades necessárias de todo o mundo.

O Departamento de Trabalho dos EUA não publica os detalhes das nacionalidades dos empreiteiros que listou como mortos ou feridos, sugerindo que fazê-lo seria na verdade uma violação da privacidade pessoal sob a Lei de Privacidade dos EUA. Apesar da falta de referência a empreiteiros nos documentos oficiais e na imprensa da linha principal, o uso de empreiteiros privados continua hoje como um fenômeno importante, como é indicado pelo fato de que, mesmo após a partida das tropas dos EUA do Iraque, em dezembro de 2011, ainda restam quase 11.000 agentes privados¹⁰. O Estatuto Penal Federal dos EUA proíbe os cidadãos americanos de alistar-se ou recrutar outros de dentro dos EUA para servir a um governo estrangeiro ou um lado de um conflito com um governo estrangeiro com o qual os EUA estão em paz.

5. Prós e contras das EMPs Vantagens das EMPs

Este artigo analisará melhor os fatores por trás do uso das EMPs, identificando as vantagens e desvantagens da indústria. As narrativas divergentes das que apoiam ou são contra as EMPs criaram um debate sério nos campos militar e acadêmico. Os proponentes sustentam que o uso de funções não-combatentes das EMPs tem um lugar em operações militares eficientes, como se segue:

¹⁰ Schwartz & Church (2013) Department of Defense's Use of Contractors to Support Military Operations: Background, Analysis, and Issues for Congress Congressional Research Service, p. 25. "Tabela A-2. Agentes Contratados e Nível de Tropas no Iraque" Estes incluem contratantes de segurança privada e outros.

a) Vantagens

- A privatização e terceirização de algumas funções militares podem reduzir os gastos públicos e aumentar a eficiência devido ao número limitado de pessoal em operações.
- O custo do treinamento é arcado em outro lugar (soldados prontos para o combate).
- Usar agentes privados economiza dinheiro e libera os militares para se concentrarem em suas missões principais, em vez de tarefas não-militares.
- Além disso, as baixas entre os funcionários das EMPs não causariam os mesmos problemas políticos que as mortes das forças armadas de um país causariam.
- O Escritório de Orçamento do Congresso nos EUA estimou que a redução do número de forças armadas desde o final dos anos 80 reduziu os pagamentos do fundo de aposentadoria em quase 12 bilhões de dólares (CONGRESSIONAL BUDGET OFFICE, 2004).
- Sem a capacidade das EMPs, os EUA teriam de manter um exército permanente muito maior (BROOKS, 2004).
- As EMPs podem ser mobilizados a curto prazo para aumentar a capacidade militar existente.
- EMPs em operações da ONU executando tarefas selecionadas que a organização não tem a capacidade ou os meios para cumprir.
- Outros acreditam que o terrorismo e o extremismo violento não são problemas a serem resolvidos apenas pelos governos, portanto, as EMPs podem ajudar.
- O emprego das forças armadas nacionais para operações não-combatentes enfraquece os militares, distraíndo-os de sua missão central de combater guerras.

As forças armadas não devem ser utilizadas em operações que não sejam fundamentais para a segurança nacional, como a interdição de drogas e a construção da nação. Aqueles que se opõem ao uso de EMPs sustentam que as empresas privadas não devem ser utilizadas em operações militares. Os argumentos daqueles contra o uso de EMPs em operações militares destacam os perigos que estão associados ao negócio. Ao fornecer serviços militares e de segurança semelhantes aos do estado, as EMPs atingem uma agência semelhante ao estado, no sentido de que desempenham uma função central de soberania do estado. Isso desafia significativamente a noção de que a função militar é o único monopólio do Estado. A crescente existência de EMPs só pode ser reduzida se os governos nacionais puderem levar em consideração o seguinte:

b) Desvantagens

- Delegar essas funções é abdicar de uma responsabilidade essencial do governo que levanta grandes questões de soberania.
- Privatizando a função militar/de segurança, o processo de tomada de decisão também é privatizado.
- As agências governamentais não são mais o mecanismo exclusivo para executar a política externa e militar (SINGER, 2008, p. 35).
- Desafia o padrão atual de confiança pública para as forças armadas nacionais.

- Existem vários casos mencionados sobre EMPs encontrados envolvidos em comportamento antiético.
- Várias EMPs têm sido ligados à proliferação de armas pequenas e armas leves em todo o mundo, contrariando vários embargos de armas da ONU e minando a agenda da desmilitarização em geral¹¹.
- A agora extinta Executive Outcomes (RE), uma EMP, tem usado armas indiscriminadas em suas operações de campo tático, a saber, a bomba aérea de combustível de fragmentação, que é vista como imoral sob códigos militares nacionais e convenções internacionais relativas à condução da guerra (VINES apud MUSAH; FAYEMI, 2000, p. 174).
- Mais maliciosamente, algumas EMPs têm atuado como agentes substitutos secretos para seus estados de origem. A Dyncorp, uma EMP dos EUA, se engajou em guerras de contra-guerrilha, reconhecimento e lutas de fogo com rebeldes colombianos, como muitos especulam em nome do governo dos EUA (SINGER, 2008, p. 37).
- No caso da ONU, as EMPs nem sempre são adquiridos diretamente pela ONU; elas também podem ser destacados para uma operação por um Estado membro ou fornecidos por terceiros que podem representar uma séria ameaça.
- EMPs podem prolongar os conflitos por lucros.
- EMPs são frequentemente pequenas demais para lidar com conflitos graves e Operações Militares.

As EMPs ainda não são bem-vindos globalmente, mas em alguns casos foram abraçadas conforme necessário, e capazes de conduzir operações militares. As principais potências, como os EUA e o Reino Unido, aceitaram as EMPs como um serviço valioso para implementar a política externa. Entretanto, a ONU e outros Estados e organizações não estatais desaprovam fortemente esses grupos de EMPs ("mercenários") porque foram acusados de violações de direitos humanos e de falta de responsabilidade no passado.

Atualmente, as EMPs se tornaram entidades corporativas que transformaram a maneira como a operação militar costumava ser conduzida. Há empresas que são capazes de ter sucesso onde os Estados-nação ou a ONU não cumpriram seu dever devido a várias razões, mas os regulamentos/leis devem ser reforçados neste sentido. O próximo tópico, portanto, discutirá o relacionamento entre a EMP e a rede corporativa, ou a EMP como entidade corporativa.

a) Rede Corporativa de EMPs

Em alguns países do mundo, a guerra (privatização da guerra) tornou-se uma área de atividade comercial e, portanto, um setor lucrativo. Neste contexto, foram desenvolvidos exércitos privados, ou seja, empresas comerciais ou EMPs, que oferecem serviços militares geralmente em estados frágeis e ou instáveis. Os "mercenários" adap-

11 Sandline (EMP britânica) forneceu armas para o regime Kabbah e apoiadores rebeldes em 1998, indo contra um embargo de armas imposto pela ONU; Brown and Root (EMP estadunidense) juntamente com o IDAS (EMP belga) forneceu armas e serviços para as facções opostas na República Democrática do Congo contra um embargo de armas imposto pela ONU (MUSAH; FAYEMI, 2000, p. 26). Ver também MUSAH; FAYEMI, op. cit., p. 923.

taram-se às novas tendências de gestão e de guerra, transformando-se em entidades corporativas sob o título de contratantes de segurança privada, ou EMPs. Muitas EMPs formam uma parte intrínseca de uma rede corporativa maior de empresas e indústrias. Esta rede de filiais e afiliadas cobre uma ampla gama de serviços, isto é, mineração, fabricação, comunicações, engenharia, consultoria, transporte, segurança, produção, serviços e infra-estrutura (MUSAH; FAYEMI, 2000, p. 1).

b) Exploração econômica de Estados instáveis pela Rede Corporativa de EMPs

Hoje em dia, a guerra tornou-se uma área de atividade comercial e, portanto, um setor lucrativo nesse sentido. Nesse contexto, foram desenvolvidas empresas comerciais, especializadas em serviços militares, geralmente em estados frágeis que enfrentam crises como, por exemplo, um conflito civil.

A colaboração de empresas corporativas representa uma poderosa ligação de diversos interesses econômicos que levaram essencialmente à criação de impérios corporativos hegemônicos (CILLIERS, 1999, p. 2-7).

As redes corporativas chegaram a dividir-se em alguns estados da África, por exemplo, tanto o governo angolano quanto o de Serra Leoa estão experimentando os inconvenientes a longo prazo de subcontratar suas funções de segurança do Estado para as EMPs. Ambos os estados, que experimentam instabilidade intra-estatal, desordem cívica, pilhagem de recursos naturais e desafios violentos para o estado, têm buscado segurança através das EMPs. Incapazes de fornecer pagamento financeiro às EMPs por seus serviços, estes dois governos recorreram ao pagamento através de concessões de mineração e minérios (MUSAH; FAYMI, 2000, p. 23). Em Angola, foi pago à Executive Outcomes mais de US\$ 40 milhões por ano em concessões de exploração e extração de diamantes e petróleo offshore (PECH, 1999, p. 86). Eles fizeram uso dessas concessões através de suas afiliadas, Diamond Works e Branch Mining. Da mesma forma em Serra Leoa, a EO/Sandline foi compensada por seu serviço através da venda de 30% da terra diamantífera do país para a Diamond Works.

Essa concessão tem um valor estimado superior a 200 milhões de dólares (MUSAH; FAYMI, 2000, p. 912). O que isso representa essencialmente é "a hipoteca de longo prazo dos recursos naturais de um país, minando o direito ao desenvolvimento independente e, em última instância, à soberania do Estado".

Os acordos acima mencionados são em grande parte motivados pelo lucro, ao mesmo tempo em que exploram a instabilidade econômica e de segurança desses países. Existem claras ameaças pragmáticas e oportunidades que surgem com o uso de EMPs em unidades militares, particularmente no continente africano. A chave para mitigar seus perigos e promover seus atributos só pode vir através da regulamentação

e do estabelecimento de regras claras de engajamento. Algumas dessas empresas estão operando sob o falso pretexto de serem empresas de segurança, mas se engajando em atividades militares de combate. Essas empresas são principalmente responsáveis perante os acionistas, e não perante os estados de seu país.

c) EMPs poderosas

Em julho de 2017, a administração de Trump confirmou a afinidade dos Estados Unidos com as EMPs quando os conselheiros do presidente recrutaram Erik Prince, fundador da empresa de segurança Blackwater Worldwide, e Stephen Feinberg, proprietário da empresa militar DynCorp International, para elaborar estratégias militares alternativas no Oriente Médio, que dependem principalmente de empreiteiras privadas, e também para desenvolver propostas para usar agentes privados em vez de tropas americanas no Afeganistão. É por esta razão que este artigo destaca o envolvimento da Corporação das EMPs em assuntos diplomáticos e militares. Os dados das Figuras 3, 4 e 5 indicam algumas das EMPs mais poderosas do mundo, como pode ser visto a seguir:

- **Academia**

Originalmente com o nome Blackwater USA, a American PMC ACADEMI foi estabelecida em 1997 pelo ex-membro da Marinha dos Estados Unidos, Erik Prince. A Blackwater recebeu seu primeiro contrato governamental em 2000, quando mais de 100.000 marinheiros foram treinados para a ação. A Blackwater esteve fortemente e controversamente envolvida na Guerra do Iraque. De acordo com seu site oficial, a ACADEMI oferece "estabilidade e proteção a pessoas e locais que estão passando por momentos de turbulência". Ela também trabalha com estados, governos locais, clientes comerciais globais, numerosas organizações e agências de aplicação da lei e de inteligência e governos aliados em todo o mundo.

Figura 1 – American PMC 'ACADEMI



Fonte: Security Degree Hub, [2018].

- **Defion Internacional**

A Defion Internacional é uma EMP situada em Lima, Peru, que fornece especialistas militares que são, em sua maioria, recrutados da América Latina. Esse pessoal é frequentemente contratado para outras empresas; na verdade, a empresa se tornou conhecida quando treinou os recrutas para trabalhar com a Triple Canopy¹² no Iraque. Possui escritórios no Sri Lanka, Filipinas, Iraque e Dubai, e é especializada em treinamento, logística, guarda-costas, motoristas e pessoal administrativo. O pessoal de segurança latino-americano alocado no Oriente Médio tem sido descrito como "armas para alugar". A última EMP com o nome de 'Executive Outcomes' está representada no Gráfico 5 abaixo:

Figura 2 – Logotipo da Executive Outcomes



Fonte: Global Security, [2018].

12 Triple Canopy, fundada por ex-comandantes da Delta Force, em 2003, é uma das várias EMPs que surgiram nos últimos anos para apoiar as operações militares dos EUA no Iraque, Afeganistão e outros países.

A Executive Outcomes é uma das empresas que efetivamente estabeleceu as Empresas Militares Privadas (EMPs) como uma indústria. Foi fundada em 1989, na África do Sul, e registrada na Grã-Bretanha, em 1993. De acordo com o website da empresa Executive Outcomes, seu único objetivo era trazer estabilidade à região, apoiando governos legítimos em sua defesa contra os rebeldes armados.

A mistura de empreendimentos paramilitares e comerciais dificultou a determinação do número de mercenários (operacionais das EMPs) envolvidos em vários países. Além disso, as pessoas que são "empregadas ou acompanham as forças armadas" no exterior podem ser processadas sob a Lei de Jurisdição Extraterritorial Militar de 2000 (Military Extraterritorial Jurisdiction Act of 2000 – MEJA) ou, em alguns casos, sob o Código Uniforme de Justiça Militar (Uniform Code of Military Justice – UCMJ). Mas mesmo com esta autoridade estatutária, alguns agentes privados "podem estar fora da jurisdição do direito penal dos EUA, embora os EUA sejam responsáveis por sua conduta como uma questão de responsabilidade estatal sob o direito internacional e apesar de tal conduta poder interferir com a capacidade das Forças Multinacionais no Iraque de cumprir seu serviço nos EUA".

6 Posição sul-africana em relação às EMPS

Esse capítulo analisará a posição sul-africana sobre o assunto em questão, o que levou o governo a introduzir uma lei que impede que civis e ex-soldados ofereçam serviços militares/de segurança a conflitos estrangeiros. A Lei de Proibição e Regulamentação de Atividades Mercenárias, de 2006, foi introduzida em resposta ao aumento da indústria de EMPs em operações militares.

A legislação foi aprovada depois que vários sul-africanos estiveram envolvidos em várias tentativas de golpes e conflitos em estados africanos e em outras partes do mundo.

A lei proíbe a atividade mercenária e permite que o governo declare certos conflitos proibidos a todos os cidadãos sul-africanos¹³.

Em 2004, mais de 70 sul-africanos foram presos no Zimbábue, em um avião que voou da África do Sul, sob suspeita de atividades mercenárias. O suposto líder, o ex-agente do Serviço Aéreo Especial Simon Mann (filho de uma ex-primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher), também foi preso. O Boeing 727(N4610) foi apreendido, carregando três tripulantes e 64 ex-soldados (mercenários) recrutados na África do Sul. A maioria dos supostos mercenários que planejavam realizar o golpe na Guiné Equatorial eram sul-africanos e ex-membros das Forças Especiais. Este incidente aponta para os perigos associados às EMPs que operam em países estrangeiros. Após o incidente acima mencionado, o governo sul-africano promulgou a Lei No. 27, de 2006, assinada em 12 de novembro de 2007. A lei visava:

- Proibir atividades mercenárias por sul-africanos.
- Regulamentar a prestação de assistência ou serviço de natureza militar ou de natureza militar em um país de conflito armado.
- Regulamentar o alistamento de cidadãos sul-africanos, ou residentes permanentes, em outras forças armadas.

¹³ Lei de Regulamentação da Assistência Militar Estrangeira da África do Sul (Regulation of Foreign Military Assistance Act – RFMA).

- Regular a prestação de ajuda humanitária em um país de conflito armado. A Lei prevê jurisdição extra-territorial para os tribunais da República com relação a certas ofensas e prevê penas para ofensas relacionadas com a Lei.

A lei também foi uma resposta à preocupação do gabinete com a crescente participação de cidadãos sul-africanos em conflitos ao redor do mundo. Por exemplo, em 2005, a empresa militar privada sul-africana Specialised Tasks, Training, Equipment and Protection International (STTEP) foi contratada pelo governo nigeriano para fornecer treinamento militar para a ofensiva contra Boko Haram (FREEMAN, 2015)¹⁴. Seu presidente, Eeben Barlow, foi o fundador da Executive Outcomes Sul-Africana, que cessou suas operações em 1998.

O caso recente ocorreu em 2018, em março, onde um cidadão sul-africano, William Endley, ex-oficial de carreira do Exército sul-africano, foi condenado à morte no Sudão do Sul, Juba. De acordo com reportagens, Endley foi acusado de treinar rebeldes para lutar contra o governo do Sudão do Sul, e o tribunal concordou, condenando-o por traição (ALISON, 2018).

No entanto, em 02 de novembro de 2018, o Sr. Endley foi indultado pelo presidente Salva Kiir e libertado após ter passado mais de dois anos na prisão. O caso Endley dá uma clara indicação de que ainda há mais a ser feito para dissuadir os cidadãos de se envolverem em atividades militares estrangeiras. É evidente, pelo pequeno número de acusações e condenações sob a Lei, que existem algumas deficiências na Lei, que ainda precisam ser tratadas com urgência, a fim de garantir que os países combatam efetivamente o recrutamento ilegal de soldados ou ex-soldados sul-africanos em serviço.

7 Recomendações

As atividades das EMPs em operações militares internas ou estrangeiras são inevitáveis em muitos Estados e organizações militares. Essa ampliação do uso das EMPs apresenta um novo desafio legal e ético para as operações militares. Portanto, regulamentos e protocolos mais fortes são urgentemente necessários para regular as atividades das EMCs. Este artigo oferece seis recomendações, como se segue:

- a) Estados
 - Os Estados devem elaborar uma Convenção para regulamentar as EMPs a partir dos níveis nacional, regional e internacional. É muito importante que os Estados trabalhem juntos para alinhar suas normas legais e compartilhar informações para que as EMPs não encontrem nenhuma brecha para explorar. Os Estados devem assegurar que as normas relevantes sejam cumpridas e que a lei seja respeitada.
 - Criação de registros de todas as EMPs empregadas pelo Estado, a fim de promover a transparência e estabelecer os limites desta indústria.

¹⁴ "Comandado pelo Coronel Eeben Barlow, ex-comandante da Força de Defesa Sul-Africana, o grupo de especialistas em guerra do mato foi recrutado em janeiro, em segredo absoluto, para treinar um grupo de ataque de elite dentro do exército desorganizado e desmoralizado da Nigéria" (FREEMAN, 2015, n.p.).

- Esse registro deve ser disponibilizado à ONU, pois ela é o órgão relevante para criar e manter esse registro (especialmente quando a Convenção das Nações Unidas sobre EMPs foi emendada/restringida de acordo).
- Os países signatários devem identificar quais funções conduzidas pelas forças armadas são consideradas "inerentemente governamentais" e, portanto, devem ser executadas somente por pessoal armado nacional e quais podem ser contratadas para as EMPs.
- Sistemas interligados entre as estruturas de segurança do Estado para monitorar as atividades das EMPs, incluindo funcionários, armas, contratos, etc. Há uma necessidade de compartilhamento obrigatório de informações entre os Estados e os departamentos da ONU.
- Os países que contribuem com as tropas devem estar sempre preparados para apoiar a ONU quando a necessidade surgir, para evitar que as EMPs aproveitem a oportunidade.

b) Direito Internacional Humanitário (DIH).

- Lei de Conflito Armado. A estrutura legal existente (DIH) precisa ser reforçada ainda mais, pois não é elaborada com detalhes e precisão suficientes para os Estados e EMPs. Tal regulamentação internacional das EMPs reduzirá sua vulnerabilidade a violações criminais e militares em operações militares.
- O DIH deve assegurar que existam mecanismos para responsabilizar os estados que empregam as EMPs suspeitos de violar a lei.
- As EMPs consideradas culpadas de infringir a lei devem ser processadas de acordo com a lei pelos Estados, e a ofensa também deve ser encaminhada à ONU para um exame mais detalhado.
- Indústria das EMPs (Corporativa): As empresas que prestam serviço para operações militares devem ser submetidas a um rigoroso processo de verificação e seleção antes de serem empregadas.

c) Trajetória de carreira militar

- Requalificação. Em relação a recursos e programas para ajudar os soldados a se prepararem para seu próximo passo de transição para o status civil, devem ser criadas oportunidades para os soldados que saem da força. A iniciativa desencorajaria os soldados de se juntarem às EMPs.
- Os membros em serviço devem ser conscientizados das consequências legais de qualquer violação das leis que regem as EMPs.

8 Conclusão

Este artigo estudou o papel das EMPs nas operações militares, a fim de analisar as ameaças por elas colocadas às operações militares (particularmente às Forças Nacionais). É inevitável que o papel das EMPs esteja em uma tendência ascendente, continuando a desempenhar um papel importante nas operações militares no futuro próximo. Portanto, uma supervisão e regulamentação diligente da indústria de EMPs é necessária, para garantir que ela seja rigorosamente regulamentada

de acordo com o DIH. Paradoxalmente, as EMPs têm sido a solução para as complicações e pressões de mercado induzidas pelos Estados, bem como pelas organizações internacionais como a ONU. Às vezes as EMPs agiram em socorro dos estados em desagregação e trouxeram soluções para uma difícil função soberana, representando assim uma capacidade ampliada do estado através de agentes privados. Entretanto, em alguns casos, a conduta das EMPs foi considerada problemática.

A desmonopolização da violência (que pertence ao Estado) contém ameaças inerentes relacionadas ao excesso, falta de transparência, falta de responsabilidade e, em última instância, falta de controle. A existência e aceitação das EMPs nas operações militares altera para sempre o tecido social do Estado, independentemente dos inúmeros benefícios e vantagens que possam trazer. A privatização dos militares e a mercantilização da violência representam uma abdicação significativa da responsabilidade do Estado de cumprir seu contrato social. A provisão militar e de segurança tem estado no centro do Estado.

Este artigo abordou o papel das EMPs nas Nações Unidas e chegou à conclusão de que, apesar dos benefícios aparentes, o emprego das EMPs é indesejável para a organização.

A ONU insistiu que os agentes privados não têm sido utilizados em funções de combate. Foi mencionado que a ONU utiliza EMPs para uma ampla gama de serviços, incluindo segurança armada e desarmada, avaliação de risco, treinamento de segurança, apoio logístico e consultoria, mas não combate. O uso de agentes de segurança privada armada em operações de combate sempre foi uma questão controversa na ONU, e a organização continua a ser contra a normalização das EMPs (de combate) nas missões da ONU. Além disso, o uso de EMPs em operações de paz pode ser útil apenas em operações não de combate.

O principal papel do Direito Humanitário Internacional destacado no documento é garantir que todas as EMPs adiram estritamente a todas as leis e protocolos internacionais relevantes sobre direitos humanos. As EMPs frequentemente recruta ex-soldados, o que representa uma ameaça à segurança nacional dessas respectivas nações. Não apenas o emprego de EMPs pode afetar as relações diplomáticas, mas também a contravenção do Direito Internacional por funcionários individuais. Assim, a África do Sul promulgou uma lei para regulamentar o alistamento de cidadãos sul-africanos ou residentes permanentes em outras forças armadas, e para regulamentar a prestação de ajuda humanitária em um país de conflito armado. A lei foi aprovada em resposta às preocupações do governo para evitar a participação de cidadãos sul-africanos em conflitos ao redor do mundo.

Em conclusão, não é intenção deste artigo vilipendiar ou incentivar o uso de EMPs; por isso foram destacadas as vantagens e desvantagens. Conseqüentemente, deve ser esclarecida uma clara distinção entre funções militares a serem desempenhadas somente por pessoal armado nacional e aquelas para as quais as EMPs podem ser contratadas. É inevitável que as EMPs continuem a ser utilizados por muitos países em operações militares, mas a expansão descontrolada das EMPs, em alguns casos, tem produzido resultados negativos, incluindo a incapacidade de resolver conflitos em muitos países onde eles operaram. Algumas dessas empresas estavam envolvidas em violações dos direitos humanos no Iraque, como mencionado no documento.

Este artigo demonstrou o efeito (positivo/negativo) das EMPs aos Estados, organizações e organização militar, a fim de sugerir soluções para as questões de segurança e legais associadas às EMPs nas operações militares.

Epígrafo

"O Mundo talvez não esteja pronto para Privatizar a Paz"

Kofi Annan (08 de abril de 1938 – 18 de agosto de 2018), Sétimo Secretário-Geral das Nações Unidas (ONU) 1997–1998. Annan e a ONU foram os co-vencedores do Prêmio Nobel da Paz de 2001.

Agradecimentos

Eu, Coronel P. Nyati, gostaria de expressar minha gratidão ao Coronel Marcelo Nascimento Gomes (Oficial Sênior do Exército Brasileiro) por seu apoio e orientação.

Referências

ALISON, S. South Africa takes sides in South Sudan. **Mail & Guardian**, [Johannesburg], Mar 2, 2018. Disponível em: <https://mg.co.za/article/2018-03-02-00-south-africa-takes-sides-in-south-sudan/>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

BROOKS, D. Contractors Face Iraq Combat. **PBS Newshour**, [S. l.], Apr 6, 2004.

CAWTHRA, G.; LUCKMAN, R. Democratic control and the security sector: the scope for transformation. In: CAWTHRA, G.; LUCKMAN, R. (ed.). **Governing insecurity: democratic control of military and security establishments in transitional democracies**. London: Zed Books, 2003. p. 21-24.

CILLIERS, J. Africa in the new world: how global and domestic developments will impact by 2025. Tshwane, Pretoria: Institute for Security Studies, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/265229889>. Acesso em: 25 de setembro de 2018.

CILLIERS, J. Private security in war torn African states. In: CILLIERS, J.; MASON, P. (ed.). **Peace, profit or plunder?: the privatization of security in war-torn African societies**. Pretoria: Institute for Security Studies, 1999. Cap. 1. Disponível em: <https://issafrica.org/research/books-and-other-publications/peace-profit-or-plunder-the-privatisation-of-security-in-war-torn-african-societies>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

CONGRESSIONAL BUDGET OFFICE. Military compensation: balancing cash and noncash benefits. **Economic and Budget Issue Brief**, Washington, D.C., Jan 16, 2004. Disponível em: <https://www.cbo.gov/sites/default/files/108th-congress-2003-2004/reports/01-16-dodcompensation.pdf>. Acesso em: 18 de setembro de 2018.

EASTWOOD, V. Bigger than the army: South Africa's private security forces. **CNN Business**, [Atlanta], Feb 8, 2013. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2013/02/08/business/south-africa-private-security>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

FRANCO, B. M. Capital sobre, trabalho desce. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 abr. 2015. Disponível em: <http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/215181-capital-sobe-trabalho-desce.shtml>. Acesso em: 24 de maio de 2020.

FREEMAN, C. South African mercenaries secret war on Boko Haram. **The Telegraph**, [London], May 10, 2015.

GLOBAL SECURITY. Military. **Executive Outcome**. [S. l.]: Global Security, [2018]. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/world/para/executive-outcomes.htm>. Acesso em: 18 de setembro de 2018.

GWATIWA, T. T. Private military and security companies policy in Africa: regional Policy Stasis as agency in international politics. **Scientia Militaria: South African Journal of Military Studies**, [Stellenbosch], v. 11, n. 2, p. 68-86, 2016. Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/smsajms/article/viewFile/151279/140856>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

INTERNATIONAL ALERT. **The politicization of humanitarian action and staff security: the use of private security companies by humanitarian agencies: International Workshop Summary Report**. Boston: Tufts University, Apr 2001. Disponível em: https://www.international-alert.org/sites/default/files/Politicisation_HumanitarianAction_Staff%20Security_EN_2001.pdf. Acesso em: 26 de maio de 2021.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. **Montreux document: 2008 guidance**. Geneva: ICRC, 2008. <https://www.icrc.org/en/document/ihl-and-private-military-security-companies-faq>. Acesso em: 9 de setembro de 2018.

INTERNATIONAL DEVELOPMENT RESEARCH CENTRE. **The responsibility to protect: research, bibliography, background**. Ottawa: International Development Research Centre, 2001. Disponível em: <https://www.idrc.ca/sites/default/files/openebooks/963-1/index.html>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

INTERNATIONAL humanitarian law and private military/security companies - FAQ. In: INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. **Article**. Geneva: ICRC, 2013. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/document/ihl-and-private-military-security-companies-faq>. Acesso em: 10 de dezembro de 2013.

MELZER, N. (ed.). **Interpretive guidance on the notion of direct participations in hostilities under international humanitarian law**. Geneva: International Committee of the Red Cross - ICRC, 2009. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/icrc-002-0990.pdf>. Acesso em: 5 de maio de 2021.

MUSAH, A-F.; FAYEMI, K. (ed.). **Mercenaries: an african security dilemma**. London: Pluto Press, 2000. Disponível em: <https://vdocuments.mx/mercenaries-an-africansecurity-dilemma.html>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. **Report on citizen security in the Americas, 2012**. Washington, DC: OAS Hemispheric Security Observatory, 2012. Disponível em: <https://www.eir.info/2017/07/29/substituting-u-s-troops-for-private-military-contractors-in-afghanistan/>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

PECH, K. Executive Outcomes: corporate conquest. In: CILLIERS, J.; MASON, P. (ed.). **Peace, profit or plunder?: the privatization of security in war-torn african societies**. Pretoria: Institute for

Security Studies, 1999. Cap. 5. Disponível em: <https://documents.com/hexecutive-outcomes-a-corporate-conquest.pdf>. Acesso em: 21 de setembro de 2018.

PERCY, S. **Mercenaries**: the history of a norm in international relations. Oxford: Oxford University Press, 2007.

ROGERS, A. **Someone else's war**: mercenaries from 1960 to the present. London: Harper Collins, 1998.

SCHREIER, F.; CAPARINI, M. **Privatising security**: law practice and governance of private military and security companies. Geneva: Centre for the Democratic control of Armed Forces, 2015. (Occasional paper, n. 6). Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/266317378>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

SCHWARTZ, M.; CHURCH, J. **Department of Defense's use of contractors to support military operations**: background, analysis, and issues for Congress Congressional Research Service. Washington, D.C.: Congressional Research Service, May 17, 2013. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/natsec/R43074.pdf>. Acesso em: 13 de setembro de 2018.

SECURITY DEGREE HUB. **Privative security companies in the world**. [S. l.]: Security Degree Hub, [2018]. Disponível em: <https://www.securitydegreehub.com/most-powerful-private-security-companies-in-the-world/>. Acesso em: 18 de setembro de 2018.

SINGER, P. W. **Corporate warriors**: the rise of the privatized military industry. 2nd. ed. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2008.

SOUTH AFRICAN. Act n. 27, 2006. Prohibition of mercenary activities and regulation of certain activities in countries at armed conflict at, 2006. **Government Gazette**, Republic of South Africa, v. 509, n. 30477, Nov 16, 2007. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Mercenaries/WG/Law/SouthAfrica2.pdf>. Acesso em: 18 de setembro de 2018.

TRIPLE CANOPY. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2018]. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/TripleCanopy>. Acesso em: 21 de setembro de 2018.

UNITED STATES. Department of Defense. **Report of the defense science board task force on outsourcing and privatization**. Washington D.C.: Office of the Under Secretary of Defense for Acquisition, Technology and Logistics, Sep 2004. Disponível em: <https://fas.org/irp/agency/dod/dsb/commun.pdf>. Acesso em: 16 de setembro de 2018.

UNITED STATES. High Commissioner for Refugees. **Report on the question of the use of mercenaries as a means of violating human rights of peoples to self-determination.** Geneva: United Nations High Commissioner for Refugees, 1997.

UNITED NATIONS. Press Release. **At least 71 United Nations, associated personnel killed in malicious attacks against peacekeeping operations during 2017.** New York: United Nation, Jan 26, 2018. (ORG/1663). Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2018/org1663.doc.htm>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

UNITED NATIONS. Press Release. **Secretary-General reflects on “Intervention” in thirty-fifth annual ditchley foundation lecture.** New York: United Nation, June 26, 1998. (SG/SM/6613). Disponível em: <https://www.un.org/press/en/1998/19980626.sgsm6613.html>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

UNITED NATIONS. Secretary-General. **Report of the Secretary-General to the Security Council on the protection of civilians in armed conflict’.** New York: United Nations, 2001. p. 9-45. (UN Doc. S/2001/331). Disponível em: <https://www.idrc.ca/sites/default/files/openbooks/963-1/index.html>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

UN Secretary-General, 2001. **Report of the Secretary-General to the Security Council on the Protection of civilians in Armed Conflict’,** UN Doc. S/2001/331, 9–45; The Responsibility to Protect. Ottawa: International Development Research Centre, 2001. Disponível em: <https://www.idrc.ca/sites/default/files/openbooks/963-1/index.html>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

UN Resolution 44/34, International Convention against the Recruitment, Use, Financing and Training of Mercenaries. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/44/a44r034.htm>. Acesso em: 18 de setembro de 2018.

